

RESENHA

Dissertação de Mestrado da professora Marilde Juçara da Fonseca.

FONSECA, Marilde Juçara da. *Participação das famílias na instituição pública de educação infantil: limites e possibilidades*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

Por: Adriana Beccari

Daniela Regina Linhares

Marlise Maria Rech

INTRODUÇÃO

Inicialmente gostaríamos de justificar a escolha do tema. Foi devido considerarmos insuficiente as discussões a respeito da participação das famílias na instituição pública de educação infantil no decorrer do curso de pedagogia, principalmente, na habilitação de educação infantil. Tomando como base a dissertação de Mestrado de Marilde Juçara da Fonseca, em relação a esta temática, desenvolvemos a presente resenha com algumas reflexões a cerca do trabalho.

Com o objetivo de compreender na prática a participação das famílias na instituição e qual o significado para elas, Fonseca realizou no Núcleo de Educação Infantil (NEI) Canto da Lagoa, no período de 1998 a 2000, sua pesquisa de mestrado. Em seu trabalho FONSECA abrange os seguintes tópicos: "Educação Infantil: avanços e ambigüidades das políticas nacionais", "A origem do tema de pesquisa: questões teórico-metodológicas", "O NEI - Canto da Lagoa e suas inserções no contexto local", "Possibilidades e limites das modalidades de participação coletivas".

ANÁLISE

Analisando as formas de participação das famílias, limites e possibilidades de cada instância coletiva nesse processo: Associação de Pais e professores (APP), reuniões de pais, mutirões e festas.

A autora cita quatro modalidades de participação, sendo a APP e as reuniões pedagógica classificadas como formais e os mutirões e as festas como informais. Para analisar os limites e as possibilidades das diferentes modalidades de participação existentes no NEI, a autora apoia-se na definição sugerida por Giacomo San:

a) Presença: Caracteriza-se pelo comparecimento da família.

b) Ativação institucional: Caracteriza-se por uma participação ativa atrelada aos interesses institucionais e legais. É quando a instituição requer a participação ativa.

c) Intervenção deliberada: caracteriza-se por atos e iniciativas deliberadas pelos sujeitos de direito com possibilidade de intervir nos direcionamentos políticos da instituição. (p.112)

Ao analisar a modalidade de participação formal, com base nos três níveis de participação política definidos anteriormente, a autora afirma que:

Em relação a participação na APP a atuação de pais e mães se restringe a uma presença dos associados. Somente a diretoria assume uma postura de ativação institucional. Considerando que há dois tipos de reuniões - geral e pedagógico - vislumbram-se diferentes estratégias de participação e encaminhamentos. Nas reuniões gerais a incidência de intervenção deliberada dificilmente acontece, enquanto que a incidência de presença é maior. Isto ocorre devido a forma de encaminhamentos, haja visto que as decisões já foram tomadas anteriormente.

Por outro lado, as reuniões pedagógicas possibilitam uma maior incidência dos três níveis de participação de pais e mães porque envolvem temas relacionados ao cotidiano vivido no ambiente educativo e fora dele. Ao analisar a modalidade de participação informal com base nos três níveis de participação política a autora afirma que:

“Os mutirões e as festas ativam a participação nos três níveis e nas diferentes modalidades. No seu conjunto informal, servem para promover as trocas sociais de saberes, exercitar práticas de vida em coletividade e despertar nas pessoas os valores comunitários. Além disso, são instâncias de participação na instituição de Educação

Infantil que oferecem condições para as crianças se integrarem com os adultos. Tanto nos mutirões como nas festas os adultos interagem mais diretamente com as crianças e ambas tornam-se autores da ação”.

A tabela a seguir, retirada da dissertação em pauta, ilustra as possibilidades e limites das modalidades de participação coletiva:

MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO	FORMAL		INFORMAL		
	APP	REUNIÕES		MUTIRÕES	FESTAS
GERAL		PEDAGÓGICA			
PRESENÇA	X	X	X	X	X
ATIVAÇÃO INSTITUCIONAL	DIRETORIA		X	X	X
INTERVENÇÃO DELIBERADA			X	X	X

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suas considerações finais a autora afirma:

"Rever a prática através da pesquisa mostra que as variadas formas de participar passam pelas diferentes culturas, que o valor da participação não está na quantidade nem na frequência regular dos participantes. Ao mesmo tempo observa-se como é difícil para os pais e mães intervirem nos aspectos internos da instituição". (p.115)

"...a participação de pais e mães, no interior das Instituições possui uma importância muito grande, cabe, porém, refletir sobre o potencial de influência ao nível das políticas públicas de Educação. Limites precisam ser superados afim de que seja possível influenciar as políticas públicas de educação". (p.116)

"...Os pais precisam ser considerados como pais concretos e qualquer estratégia de aproximação com as famílias precisa levar em consideração a heterogeneidade destes pais,

inclusive a diversidade social, cultural e econômica. "...o trabalho não se extingue na participação”.

"Para que, as instituições públicas de educação possam desenvolver um trabalho de acordo com as expectativas e as necessidades das famílias é preciso que tenham autonomia e, ao mesmo tempo, recursos necessários garantidos pelo poder público". (p.117)

"Assim, as formas de participação não podem ser pensadas como algo pronto e acabado. As estratégias de tempo prolongado perdem sentido e poder de ação se não forem redimensionadas ciclicamente a fim de fortalecer as relações e o movimento social no interior das instituições educativas". (p.120)

Ao analisarmos o presente trabalho, verificamos que a participação das famílias na Instituição de Educação Infantil é muito restrita e delimitada, pois a família não tem voz ativa em todos os momentos significativos decorrente do ano letivo. Concordamos que as formas de participação não podem ser pensadas como algo pronto e acabado, as instituições de Educação Infantil precisam criar espaços de participação ativa das famílias. Mas como estar proporcionando isto? Como construir esta relação de forma democrática? Como mantê-la? São algumas indagações que deixamos em aberto porque são motivo para tantas outras reflexões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS INDICADAS NA DISSERTAÇÃO:

ARIÉS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

ARROYO, M. G. Experiências de inovação educativa: o currículo na prática da escola. In: MOREIRA, A. F. B. (ORG) Currículo: Políticas e práticas. São Paulo: Papyrus, 1999.

ARROYO, Miguel G. Educação e Crise do trabalho: Perspectiva de Final de Século. Petrópolis, Vozes, 1998.

AZEVEDO, J. C. L. H da Silva. (org) Paixão de Aprender II. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Fundamental/ Departamento de Políticas Educacionais/ Coordenação Geral da Educação Infantil. Políticas Nacional de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

BASTIANI, Mara Lúcia. O ideário “Alternativo” da Escola Sarapiquá: Significados, Contextos de Produção e Concretização. Dissertação de Mestrado em Educação, UDESC, Florianópolis, 1999.

CARVALHO, Marília P. Um invisível Cordão de Isolamento: Escola e Participação Popular. Cadernos de Pesquisa. FCC, SP. (70) Agosto, 1991.

CISESKI, Angela Antunes. Aceita um conselho? Teoria e Prática de Gestão participativa na escola pública. Dissertação de Mestrado. São Paulo. FEUSP, 1997.

DELGADO, Ana C. Coll. A construção de uma alternativa curricular na Pré Escola: A experiência do NEI – Canto da Lagoa. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, 1997.

HADDAD, Lenira. A Creche em busca de identidade. Ed. Loyola. SP, 1993.

MACHADO, Zenaide Souza. Repensando a participação das famílias na Creche: Uma possível “porta de entrada” Monografia. FAED. Florianópolis, 1999.

MAISTRO, Maria Aparecida. As relações creche-família: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. UFSC, 1997.

SAN, Giacomo. Participação Política. In: BOBBIO, Norberto. et al. Dicionário de Política. 2ª ed, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986.

PERSPECTIVA. Florianópolis, v. 17, número especial, p. 99-108, jan/jun. 1999.

_____. Florianópolis, v 17, número especial, p. 11-21, jul/dez 1999.